

## **MobiUfal: uma nova cultura na Educação Superior**

**Eduardo Monteiro de Lima, Silvana Régia de Oliveira Lins, Neiza de Lourdes Frederico Fumes.**

*Universidade Federal de Alagoas – UFAL*

*eduardmonteirolima@gmail.com  
silvanaregia2004@yahoo@.com.br  
neizaf@yahoo.com*

### **Resumo**

Ao longo dos anos, as culturas dos povos são transmitidas de geração em geração e à medida que o tempo passa novos valores vão sendo construídos e outros ressignificados. Atualmente, é perceptível as contribuições dos avanços científicos e tecnológicos para a promoção da acessibilidade e principalmente da qualidade de vida a todos. Entretanto, encontramos em relação às pessoas com deficiências muitos problemas a serem enfrentados e a mobilidade se constitui apenas como uma parte deles. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as possibilidades do projeto do MobiUfal para a ampliação da mobilidade de estudantes com deficiência no campus universitário, como também no fomento de uma cultura inclusiva que amplia significativamente a permanência desses sujeitos na educação superior. Além do mais, o projeto contribui para o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior.

**Palavras-chaves:** Cultura, Inclusão, Acessibilidade, Ensino Superior.

### **Introdução**

Nascemos em um contexto cultural e antes de nós, nossos pais e todos os nossos ancestrais viveram, formaram, transformaram e foram transformados culturalmente. Esse processo é transmitido de geração em geração através dos saberes que são construídos, podendo estes serem perpetuados, recuperados e/ou modificados ao longo dos tempos. Desse modo:

[...] o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. [...] é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Assim, o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente.

O fenômeno anteriormente apontado manifesta-se desde a origem do homem pelo desenvolvimento de processos educativos inicialmente coincidentes com o próprio ato de viver, os quais se foram diferenciando progressivamente até atingir um caráter institucionalizado cuja forma mais conspícua se revela no surgimento da escola. (SAVIANI, p.7, 2011).

Saviani (2011) nos faz refletir que os processos educativos foram se diferenciando o que fez surgir à escola. Tais processos estão em constantes movimentos de adequação e a escola, sendo berço da diversidade cultural, têm como responsabilidade preparar tais sujeitos para uma sociedade que aos poucos tem assumido suas diferenças e especificidades.

Nesse sentido, Brandão (2013) nos fala do reencontro da educação com a cultura que diante dos movimentos buscam minimizar as diferenças, traçando novos conceitos, os quais se tornarão parte da formação dos sujeitos. Pouco a pouco, as novas configurações passam a fazer parte do contexto social mesmo que não a percebamos inicialmente. Entretanto, tal consciência passará a revelar-se diante dos movimentos observados, os quais ficam muito mais evidentes em alguns espaços, sendo um deles as instituições educacionais. Dessa forma, vê-se que:

Nos últimos anos estamos recuperando esse “esquecimento” e toda a discussão mundial ao redor das “diferenças culturais”, da “educação inclusiva”, do multiculturalismo”, do “direito à diferença” que representam apenas uma parcela de um tardio, mas sempre oportuno reencontro entre a educação e a cultura. (BRANDÃO, 2013, p.12-13)

Nessa perspectiva, partindo sobre a necessidade de se pensar a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, evidencia-se que:

O princípio da educação inclusiva foi adotado na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, reafirmado no Fórum Mundial de Educação e apoiado pelas Regras Básicas das Nações Unidas em Igualdade de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. Esse princípio foi debatido novamente em novembro de 2008 durante a 48ª Conferência Internacional de Educação em Genebra. A educação inclusiva de qualidade se baseia no direito de todos – crianças, jovens e adultos – a receberem uma educação de qualidade que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas.” (DEFOURNY, 2009 p.6).

Nessa perspectiva, Santos (2003) enfatiza sobre a necessidade deste olhar sobre a ótica das diferenças e práticas culturais inseridas nos contextos educacionais. A autora nos diz que:

O trato com a diversidade está, portanto, presente em toda relação humana, e verifica-se também na vida educacional. Deste modo, é necessário o reconhecimento inegável das diferenças do nosso cotidiano. Mas, acima de tudo, atenção às dificuldades que as pessoas possam encontrar, seja em função de suas próprias diferenças, seja em função das dificuldades causadas pelo preconceito que a sociedade lhes impõe, quando os “diferentes” tentam apropriar-se dos instrumentos de compreensão, ou tentam exercitar seus papéis sociais e efetivar sua ação no mundo. (SANTOS, 2003, p.6).

Diante de tal dinâmica e na busca de contribuir de forma que uma nova cultura seja constituída em um campus universitário, surge a necessidade de observar com maior atenção quais são e onde se encontram as barreiras arquitetônicas, ou seja, obstáculos para o uso adequado do meio, como por exemplo: calçadas quebradas e/ou com degraus, piso tátil que vão para postes, árvores, dentre outros. Muitos aspectos não percebidos ou simplesmente ignorados podem fazer toda a diferença para pessoas que utilizam cadeiras de rodas e/ou com deficiência visual.

Nesse sentido, é notório que as universidades e institutos federais de educação não estão acessíveis a esse público e que se faz necessário pensar em estratégias que possam tornar-se um auxílio à locomoção em percursos, como: ida e vinda à parada de ônibus; a sala de aula; ao Restaurante Universitário (RU), Biblioteca Central (BC), dentre outros espaços que são necessários, sobretudo quando tais ambientes ainda não se estruturam de forma acessíveis para atender essa demanda.

Pensando nisso e ao mesmo tempo buscando atender as diversas demandas de deslocamento existentes no campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, o Núcleo de Acessibilidade<sup>1</sup> (NAC) elaborou um projeto na perspectiva de contribuir para a melhoria da mobilidade na instituição – o MobiUfal. Além de focar nesse objetivo, o projeto apresenta o potencial para atuar na sensibilização da comunidade acadêmica, que atua como facilitadora à mobilidade de estudantes com deficiência via grupo solidário de whatsapp, contribuindo assim, para novas práticas culturais inclusivas nesse contexto.

### **Relato de Experiência: o MobiUfal**

A partir de políticas afirmativas torna-se crescente o ingresso de alunos com deficiência na Educação Superior. Dessa forma, se faz necessária a atuação dos Núcleos de Acessibilidade (NAC) nas diversas universidades. Especificamente, na Universidade Federal de Alagoas, o NAC<sup>2</sup> atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE)<sup>3</sup> aos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE).

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Acessibilidade – NAC Ufal, situado no Centro de Interesses Comunitários - CIC, no campus A.C. Simões, desenvolve atividades, através de seus bolsistas, de adaptação de materiais pedagógicos, confecção de materiais didáticos, etc.

<sup>2</sup> Informações retiradas da cartilha impressa do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas (NAC-UFAL) direcionada ao público.

<sup>3</sup> O atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Decreto nº 6.571/2008).

Esse atendimento pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, como em atividades na sala do NAC em horário oposto aos das aulas. Há também a produção de materiais didáticos em formatos acessíveis, além da realização de cursos acerca do uso de recursos da Tecnologia Assistiva<sup>4</sup>.

Há ainda as ações vinculadas à mobilidade do PAEE no campus universitária e nesse trabalho apresentaremos o MobiUfal. Esse surge diante da necessidade de encontrar respostas para as demandas de alunos com deficiência no período letivo de 2018.1, que foram ampliadas significativamente com a implementação do sistema de cotas para pessoas com deficiência.

É importante destacar que o MobiUfal visa também a superação de barreiras atitudinais através da sensibilização da comunidade universitária do campus A. C. Simões em relação à diversidade humana.

Na imagem 1, temos a logomarca do MobiUfal, criada pelos bolsistas do NAC Ufal.



**Imagem 01:** Foto da Logomarca do MobiUfal elaborada pelos bolsistas do Núcleo de Acessibilidade da Ufal.

**Fonte:** Acervo de fotos do NAC-UFAL.

O projeto piloto foi desenvolvido em reuniões envolvendo a coordenação e os bolsistas do Núcleo de Acessibilidade da Ufal.

Com a proposição do projeto, buscamos uma solução viável e de baixo custo para dar conta de nossos objetivos e após várias ponderações optamos pela criação de um grupo solidário de whatsapp, constituído por estudantes com deficiências e colaboradores. É

<sup>4</sup> Ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 6 de julho de 2015)

importante dizer que foi aberto uma chamada pública nas redes sociais da universidade para motivar os voluntários, que deveriam se inscrever, como também participar de um minicurso e uma oficina de orientação e mobilidade. O grupo baseia-se nos princípios da solidariedade, da colaboração e do trabalho em conjunto.

A participação no projeto, garante aos colaboradores uma certificação que pode ser utilizada como carga horária flexível e é uma forma de incentivo a construção do currículo acadêmico. Essa certificação é entregue a partir de um número mínimo de atendimentos realizado entres os alunos com deficiência que estão cadastrados no grupo do projeto, os que demandam maior número de solicitações para deslocamentos são os cegos.

Após todos esses processos, demos início as atividades do MobiUfal na Universidade Federal de Alagoas.

## **Resultados e Discussões**

*Olhares, saberes sobre a cultura inclusiva: Mobiufal como ponto de partida para uma nova cultura.*

Mesmo diante das leis que garantem os direitos da pessoa com deficiência, sendo uma delas a Lei Brasileira de Inclusão de nº 13.146 de 06 de Julho de 2015, na prática ainda tem-se muito a fazer. Essa é uma realidade com a qual precisamos aprender e para isso é preciso que sejam construídos novos paradigmas, deixando para trás antigas práticas e conceitos.

O olhar necessário para esse novo paradigma busca a ênfase no aprender, permeado por informações, conceitos, indagações, diálogos, flexibilidade, autonomia, ou seja, uma experiência embarcada em um contexto, mas que é interior e envolvida por sentimento (SANTOS; BEHRENS, 2011)

No MobiUfal, à medida que cada registro de apoio à mobilidade<sup>5</sup> vai sendo atendido, percebemos que pouco a pouco uma nova cultura está sendo criada nos espaços da universidade.

O campus universitário é muito amplo e nos trajetos entre os diferentes blocos, em geral, não se têm marcações suficientes para que as pessoas com deficiência visual possam se

---

<sup>5</sup> A Orientação e Mobilidade (OM) tem se firmado, ao longo dos tempos, como de fundamental importância na educação e reabilitação das pessoas com deficiência visual. É a área que, em sua essência, cuida do direito de ir e vir garantido para todas as pessoas (FELIPPE; FELIPPE, 2010, p.449)

deslocar com autonomia e segurança, o que prejudica o seu direito de ir e vir. Com isso, a rede solidária é um elemento importante para minimizar os riscos. Entretanto, isso não quer dizer que “cria-se, assim, um círculo vicioso no qual, ao não se acreditar na capacidade de aprender das pessoas com deficiência, não lhe são oferecidas condições para superarem suas dificuldades” (NUERNBERG, 2008). Diferente dessa possibilidade, à medida que o grupo passa a ter contato com essa realidade, situações de aprendizagens vão surgindo durante no processo, o que nos remete a *Zona de Desenvolvimento Proximal* (VYGOTSKI, 1991).

O contato com pessoas com deficiência faz com que os olhares de estranheza, assim como o anonimato destes, mudem gradativamente e seja fomentado diferentes tipos de aprendizado para ambas as partes. Nessa perspectiva, percebemos que o projeto do MobiUfal tem contribuído para um novo olhar sobre as pessoas com deficiência a partir das interações entres os envolvidos.

Nota-se que, para que essa nova cultura fosse introduzida no campus universitário, fez necessário sensibilizar, a partir do minicurso e oficina (vide imagem 02), a comunidade acadêmica sobre a diversidade e principalmente o respeito às diferenças, partindo do princípio que todos temos direitos e deveres enquanto cidadãos para o exercício da cidadania. Uma nova cultura parte, além de novos conceitos e mudanças de hábitos, de uma nova visão e compreensão de mundo e isso só se concretiza com a ressignificação de valores anteriormente construídos diante de uma nova realidade.



**Imagem 02:** Oficina como instrumento de sensibilização utilizado pelo Núcleo.

**Fonte:** Acervo de fotos do NAC-UFAL.

Descrição da imagem de orientação realizada:  
Oficina/Minicurso pelo Núcleo de Acessibilidade com os estudantes apoiadores do MobiUfal

Desse modo, partimos do pressuposto que para que se ocorresse uma sensibilização, seriam necessárias vivências sobre a realidade da pessoa com deficiência no contexto

universitário. Nessa perspectiva, os apoiadores do MobiUfal tiveram o desafio de estar na condição de uma pessoa com cegueira, como mostra a Imagem 3, para que, em conjunto, pudessem entender a quão diferenciada e específica é a rotina desses sujeitos.

Entretanto, não queremos enfatizar aqui sobre as dificuldades enfrentadas por sujeitos com deficiência que possam influenciar e reforçar uma postura assistencialista, mas desmistificar que esses sujeitos, no processo inclusivo em um contexto universitário, estão amplamente incluídos e alertar sobre as especificidades desse processo.

Nesse sentido, Nunes e Lomônaco (2010) afirmam que:

É possível outra forma de inclusão do deficiente visual que o aceite sem valorizar demais as suas incapacidades, mas buscando respeitar o que ele é. Essa concepção de inclusão não enfoca os limites e déficits das pessoas cegas, mas busca compreender a forma como essa pessoa se constitui e percebe o mundo, de modo a não querer transformar os cegos em videntes, e nem tampouco impor conceitos, padrões e valores dos que veem. Em vez disso, tenta entender as limitações da ausência de visão e analisam as condições de vida na família, escola e em outros grupos de referência que possam facilitar o desenvolvimento desse indivíduo (NUNES; LOMÔNACO, 2010, p.60).



**Imagem 03:** Dinâmica de Orientação e Mobilidade para condução de pessoa cega.  
**Fonte:** Acervo de fotos do NAC-UFAL

Descrição da imagem: Dinâmica de Orientação e mobilidade com a equipe de bolsistas do Núcleo de acessibilidade onde, estudantes apoiadores do Mobiufal estão em condição de cegueira em um percurso pelo campus A. C. Simões.

Nessa perspectiva o MobiUfal vai além de um projeto que possui uma prática técnica. Ele promove interações entre os grupos, com novos conceitos, capazes de transformar os contextos e ampliar as oportunidades de participação. Possibilitando também, através da conscientização, a quebra de paradigmas que norteiam uma sociedade excludente e segregacionista que aos poucos inviabiliza quem há muito tempo esteve no anonimato.



**Imagem 04:** Orientações a respeito de como conduzir a pessoa com deficiência no Restaurante Universitário em seu processo de alimentação.

**Fonte:** Acervo de fotos do NAC-UFAL.

**Descrição da Imagem3:** Estudantes apoiadores do MobiUfal recebendo orientações no ambiente interno do Restaurante Universitário (RU)

Em suma, o projeto de mobilidade MobiUfal no campus A. C. Simões tem criado possibilidades para que o estudante com deficiência possa permanecer na instituição e que os colaboradores ressignifiquem a visão de mundo sobre a deficiência, inclusão e participação social.

### **Considerações Finais**

Contudo, este trabalho objetivou refletir sobre as possibilidades do projeto do MobiUfal para a ampliação da mobilidade de estudantes com deficiência no campus universitário, como também no fomento de uma cultura inclusiva que amplia significativamente a permanência desses sujeitos na educação superior.

À medida que o projeto do MobiUfal se solidifica, pouco à pouco vão se desvelando os sujeitos que, até então e em sua maioria, encontravam-se anônimos e muitas vezes invisíveis. Além disso, os voluntários passam a ter contato com uma realidade, para muitos, desconhecida.

Assim, a inclusão se constrói e a cultura inclusiva vai sendo implantada. É importante enfatizarmos que o projeto não exime a devida responsabilidade que a



universidade tem perante aos alunos com deficiência, porém ele minimiza as barreiras arquitetônicas e viabiliza os deslocamentos necessários no campus.

## Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Algumas palavras sobre cultura e educação**. In: Antropologia & Educação. - 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 - (Coleção Temas & Educação; 10).

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> acesso em: 10 Agosto 2018.

DEFOURNY, Vicente. Apresentação in Tornar a educação Inclusiva. Org: Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Thumothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília: UNESCO, 2009.

FELIPPE, Vera Lúcia Leme Rhein. FELIPPE, João Álvaro de Moraes. **Orientação e Mobilidade** – In: Baixa Visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica: Guanabara Koogan, 2010.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **O aluno cego: preconceitos e potencialidades**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 55-64.

SANTOS, Katia Efhiénen Esteves dos. BEHRENS, Marilda Aparecida. **Quebrando Paradigmas na Educação “o Futuro” no Presente**. In: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSSE, 2011 – Curitiba/PR.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **O Papel do Ensino Superior na Proposta de uma Educação Inclusiva**. Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF – no. 7, Maio de 2003.

SERAPIONI, Mauro. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração**. Escola de Saúde Pública do Ceará, Av. Antônio Justo 3.161 – 60165-090, Fortaleza, CE.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações** - 11.ed.rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea)

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. - São Paulo - SP 1991 - 4ª edição brasileira.